

Discurso de posse no cargo de Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de novembro de 2021.

Ana Lara Camargo de Castro

Boa tarde!

Minha saudação ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades componentes da mesa que muito me honram com suas presenças.

Saúdo, ainda, a todas as demais autoridades que me dão a alegria da companhia física ou virtual, conforme nominata do Cerimonial, e o faço nas pessoas do Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares da Fonseca, e do nosso Corregedor Nacional do Ministério Público, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, ao qual muito agradeço as carinhosas palavras.

Caríssimos colegas, membros de todos os poderes, representantes das várias instituições, servidores, estagiários e terceirizados, familiares e amigos, sociedade brasileira.

“Sem Ministério Público independente [...] não há democracia”¹ – essa afirmação é do saudoso Plínio de Arruda Sampaio, Relator da Subcomissão do Judiciário e do Ministério Público na Constituinte de 1988.

Dos Anais da Assembleia Constituinte, resgatei a Ata da 1ª Reunião Extraordinária da referida Subcomissão, datada de 13 de abril de 1987. O Deputado Federal Paes Landim, ao sustentar a conveniência da criação da figura do *ombudsman*, afirmou: *“hoje, na sociedade brasileira, no sistema público [...], os melhores quadros jurídicos do País, da sociedade [...], estão no Ministério Público. Quem vive em Brasília sabe que os maiores expoentes das universidades [...] encontram-se no Ministério Público.”* E esclareceu que sua inquietação era: *“Não sei se estou me fazendo entender bem. Minha preocupação é nesse*

¹ Entrevista com Plínio Soares de Arruda Sampaio para o Programa História Oral do Memorial do Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/MemorialMPSP/historia_oral

sentido, de cada vez mais, em nosso País, enfeixar a proteção da sociedade e do regime democrático nas mãos do Ministério Público.”²

Momentos antes, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Secretário-Geral da CONAMP, havia defendido que: “Os promotores de justiça vêm cumprindo, silenciosamente, há muitos anos, o papel do ouvidor do povo, do Ombudsman.” E, em resposta a Paes Landim, afirmou: “o Ministério Público [...] não quer – e, aqui, declara enfaticamente – ser representante de nenhuma pessoa jurídica de direito público. Ou seja: [...] quer, única e exclusivamente, representar os interesses da sociedade. [...] Aqui se pretende cortar esse cordão, que nos liga a uma história do Ministério Público nascido exatamente para defender em juízo os interesses privados do rei – legens du roi. De lá para cá, o Ministério Público tem cumprido uma trajetória histórica, que se distancia cada vez mais das suas origens. Pretendemos, realmente, conduzi-lo a uma outra direção, para que seja tão somente representante do interesse da sociedade, para que defenda o regime democrático, a ordem jurídica e a Constituição.”³

Eu tinha então doze anos de idade e desconhecia esses fatos históricos que forjaram a Instituição que se tornou minha escolha de vida. Acompanhava já com imensa curiosidade a mudança de ares que chacoalhava o Brasil, essa tal gana de liberdade que eu não completamente entendia, mas vira transmitida na televisão, ainda menina, tempos antes, em enormes faixas nas quais se liam “Diretas Já”. Em outubro do ano seguinte, ouvi Ulysses Guimarães anunciar ao país um novo país, sob a luz da Constituição, que não, “não é [...] perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.”⁴ Em 1989, aos quatorze anos, obviamente não votei, mas, sim, eu tive meu próprio candidato à Presidência, e guardava seu adesivo na agenda escolar.

Em 1991, ingressei na Faculdade de Direito com a certeza de me tornar diplomata. Não obstante, a partir de 1993, algo começou a mudar em mim. À medida que me enveredava na lida acadêmica, eu conheci o Ministério Público. Não aquela Instituição

² Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, p. 20. Disponível em http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/3c_Subcomissao_Do_Poder_Judiciario.pdf

³ Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, p. 20 e 24. Disponível em http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/3c_Subcomissao_Do_Poder_Judiciario.pdf

⁴ Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988, publicado no DANC de 5 de outubro de 1988, p. 14380-14382, p. 6. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>

personificada na figura do feitor punitivo que brada a lei em nome da autoridade do Estado, mas simbolizada na figura de um templo sagrado, de portas sempre abertas, que ecoa a voz difusa de todos os incapazes ou impedidos de gritar.

Assim, aos dezoito anos, acometida dessas paixões que são próprias da juventude, para mim já não havia qualquer outra opção, eu seria promotora de justiça. A ideia de uma carreira no Itamaraty, que certamente me levaria distante, tornou-se inaceitável. Eu não mais desejava partir, eu queria ficar. Eu queria estar nessa Instituição que exprimia a imagem de um Brasil civilizado – tão intensamente ansiado, mas nunca experimentado. Um Brasil plural, acessível, igualitário, decente e justo.

E, aos vinte e dois anos recém completados, tomei posse no cargo que, até o dia de hoje, paradoxalmente me afaga e me atormenta a existência. Nesses quase vinte e cinco anos, tive a oportunidade de viver o Ministério Público nas suas mais variadas facetas.

Descobri rapidamente a gravidade da minha escolha quando conheci a penúria extrema que se desenvolvia no entorno da cidade carvoeira de Ribas de Rio Pardo, com suas mulheres cansadas do trabalho sexual mal remunerado, suas crianças tristes e seus homens sem esperança, que dormiam, bêbados, nos canteiros das avenidas, e se matavam uns aos outros com a faca de trabalho. Júris que fiz em que matar ou morrer era mera consequência da sorte, destreza ou nível ético.

De lá, cheguei à fronteira do Brasil com a Bolívia, aprendi com a fila de mulheres que, como consequência sociocultural da solidão maternal na parentalidade, buscavam, por vezes em vão, a participação masculina nessa responsabilidade. Atendi incontáveis meninos aprendizes da socialização violenta e meninas vítimas de abusos sexuais. E foi também em Corumbá que eu descobri o quão pesado é o fardo de viver em um país onde viceja a corrupção de agentes públicos.

Depois de curto tempo na criminal de Dourados, pelo crédito depositado naquela jovem idealista pelo então Procurador-Geral de Justiça Sérgio Luiz Morelli, tive a felicidade de contribuir para a instalação do GAECO no Mato Grosso do Sul, momento histórico em que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, reagindo ao homicídio do Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, havia decidido, em reunião seminal de 22 de fevereiro de 2002, responder à audácia do crime organizado com a criação do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, o GNCOC, e a instalação de grupos ou núcleos especializados em todo o Ministério Público.

Participei dessa primeira formação do GAECO por mais de três anos, saindo quando eleita Presidente da nossa Associação de classe, oportunidade da minha primeira fase de incursão política pelo clima árido e controverso da Capital Federal.

No retorno, officiei por quase dez anos junto à promotoria de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, exercício funcional que me transformou integralmente, em especial por ter me dado a exata noção de que o Direito, por si, não basta. Por meio dessa atuação, tentei pelas veredas multidisciplinares da História, Biologia, Psicologia, Neurociência e Sociologia apreender a dinâmica e a complexidade das relações humanas a partir de estruturas hegemônicas de gênero, classe, raça e suas mais diversas intersecções.

Pela amizade do então Procurador-Geral de Justiça Paulo Cezar dos Passos, a quem enormemente agradeço as gentilíssimas e comoventes palavras de saudação, e do querido Procurador Regional do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta voltei, em certa medida, à pulsação da política institucional. Na assessoria jurídica, mergulhei na lida sensível das investigações contra agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função, e no Conselho Nacional do Ministério Público na interconexão, não menos delicada, de articular de forma democrática e transversal o planejamento estratégico do Ministério Público brasileiro. E, finalmente, pela fiança do Procurador-Geral de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, retornei, quase vinte anos depois, ao GAECO, na Coordenação deste grupo que vi nascer e tenho a alegria de ver prosperar em toda sua competência.

Afaga-me a ideia de que o Ministério Público, no seu desenho constitucional, tenha, de fato, sacudido a Nação. Promotores e procuradores, ávidos e destemidos, atingiram com suas brilhantes atuações os mais intocáveis arranjos de poder e propiciaram benefício incalculável à população com suas presenças afetivas nos mais distantes rincões do Caburai ao Chuí.

Como é típico dos idealistas, fui durante quase toda minha trajetória movida pela força absurda de sonhar o impossível. Com a idade e a maturidade, andei dizendo que a paixão arrefeceu, mas a cada vez que ventos de retrocesso sopram intensos na direção dos artigos 127 a 130 da Constituição Federal, eu me sinto como em um trecho canção

dos Engenheiros do Hawaii: *“Eu que não fumo, queria um cigarro / Eu que não amo você / Envelheci dez anos ou mais / Nesse último mês.”*⁵

Atormenta-me a ideia de que, aos trinta e três anos da Constituição, o Brasil se apresente tão retrógrado, destilando surrados discursos de ódio e segregação, agarrando-se a velhas táticas de manipulação e vendeta, e ainda muito apegado aos seus arraigados cleptocostumes. Atormenta-me a ideia de que, sob pretexto de aprimorar, pretenda-se, de fato, fazer retroceder a autonomia institucional.

Na dicotomia de perceber a Constituição como instrumento muito à frente do seu tempo, para o qual a sociedade brasileira não se encontrava apta, ou de percebê-la como farol a iluminar o breu em dias de tempestade, anunciando a bonança que se avizinha para além do horizonte, prefiro senti-la deste último modo, como essa luz que aponta para o abraço desse país, que já foi colônia e explorou escravos, aos marcos civilizatórios da humanidade.

Na dicotomia de responder se os tantos ataques ao Ministério Público brasileiro derivam mais de seus acertos do que de seus erros, ou vice-versa, estou certa da primeira opção. E assim o sinto porque, ainda que inegavelmente falíveis como somos, incontáveis colegas – de espíritos livres e indomáveis – não cansam de me encantar a cada dia com sua capacidade de resistência, resiliência e amor à causa pública.

Com já meu quarto de século na carreira, no entanto, ousar algumas observações. Colegas, estejam cientes da própria limitação, às vezes mesmo da dolorosa impotência – nossa missão não é messiânica – integramos uma aliança bem maior que o homem ou a mulher só, e que apenas sobreviverá coletivamente.

Não se dividam entre membros da lei e ordem, e membros dos direitos humanos. Somos gigantes exatamente na diversidade, mas na nossa Instituição não deve haver justiceiros nem absolvedores de pecados. Nós somos, juntos, como disse antes, *“a voz difusa de todos os incapazes ou impedidos de gritar”*. Somos – e devemos ser – sempre e em qualquer circunstância os defensores da dignidade da pessoa humana na sua integralidade, o que contempla a vítima quase invisível e a sociedade tão abandonada.

⁵ GESSINGER, Humberto. Eu que não amo você. Lançada no álbum Tchau Radar, 1999.

Zelem por sua independência funcional, mas nela não se apeguem ao ponto da vaidade. Ela deve ceder em nome da obra institucional sem rosto, sem manchete, sem honraria pessoal.

Olhem nos olhos dos seus concidadãos, estendam-lhe as mãos. Ainda que parcela do povo brasileiro esteja relutante aos avanços da marcha civilizatória e acredite que possa prosperar com o Ministério Público amordaçado e de joelhos, sigam fazendo seu trabalho. Atendam ao público. Sirvam à sociedade – sua confiança nos conduziu até aqui e só ela nos manterá nesse elevado status. No dizer de Plínio de Arruda Sampaio: *“foi uma luta, foi uma conquista, não foi uma coisa dada. A Instituição conquistou seu lugar pelo seu extraordinário desempenho.”*⁶

A caminho do fim dessas minhas reflexões, quero registrar alguns agradecimentos. Aos meus pais, Ana e Gilberto, pela proteção e apoio ininterruptos, e por terem me apontado o sendeiro dos livros que me descortinaram o universo, e me ditaram o rumo da emancipação. Agradecimentos que estendo aos meus irmãos Ana Cristina, Maria Lúcia e Pedro Gil, que tanto me ensinam na convivência familiar. Ao meu companheiro Marcus, pela parceria e incentivo constantes, e por ter me demonstrado que viver em plena igualdade nas relações de gênero é uma realidade possível. Aos servidores do Ministério Público, cujo dedicado trabalho reconheço nas pessoas dos assessores Fabíola e Jeilson. À Administração Superior pela acolhida generosa e pela impecável organização desta solenidade, o que faço em nome do nosso Procurador-Geral e da Secretária-Geral Bianka Karina, e estendo a toda a equipe e ao Conselho Superior pela gentil indicação do meu nome à promoção.

Aos companheiros de Ministério Público, porque nada que realizei o fiz sozinha, sempre houve quem me criticasse e assim me impulsionasse a ser melhor; quem me estendesse a mão quando eu estava inconsolável; quem se dispusesse a me ladear nas batalhas, mesmo de aparência quixotesca; quem me elogiasse e me desse ânimo para continuar lutando. São inúmeros os nomes e não poderia listá-los à exaustão, mas vou apontar três de presença frequente e mais do que vintenária – Silvio Amaral, Andréia Peres e Renzo Siufi – e aqui deixar um último conselho.

⁶ Entrevista com Plínio Soares de Arruda Sampaio para o Programa História Oral do Memorial do Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/MemorialMPSP/historia_oral

Colegas, as diferenças ideológicas, filosóficas, políticas entre as pessoas são imensas, mas é no seio desta nossa Instituição que surgirão alguns amigos que lhes acompanharão até o fim da sua breve jornada na Terra. Por vezes, essas desinteligências são profundas e insuperáveis. Mas, na maioria das vezes não o são. Não sejamos autofágicos. Superem as crises, perdoem-se. A vida é curta demais para guardar rancor, o ressentimento amarga o prazer de existir.

Francisco Lins, a quem há pouco me referi, escreveu um poema que diz: *“Há um momento/ em que o mundo é sem tempo/ e tudo é por demais irreal/ para que se cogite dos sonhos...”*⁷. Mesmo diante dessa surrealidade esmagadora de ideais, peço que guardem a fé. A nossa Instituição se confunde com a História do Brasil e com ela se entrelaça.

Despeço-me, então, com o protesto musical de Bob Dylan que nos inspira à coragem e à união. Em minha livre tradução, ele perora assim: [---] *“A via é escura e empoeirada / O percurso é acidentado / Porém, há uma estrada mais tranquila à espera / E não muito longe / O trem da manhã se movia / E o zunido de suas rodas / Me contou de um novo dia / Vindo do outro lado dos campos / Trilhas de problemas / Curso de batalhas / Caminhos de vitória / Precisamos caminhar.”*⁸

Viva o Ministério Público brasileiro!

⁷ Trecho de entrevista de Rodrigo Leão com Francisco José Lins do Rego Santos para o Suplemento Literário Balacobaco. Antes encontrada no endereço <http://www.geocities.com/SoHo/Lofts/1418/chico.htm>, mas não mais disponível online, todavia, referenciada no texto Homenagem a um poeta assassinado, disponível em <https://blocosonline.com.br/literatura/prosa/dp/dp02/dp020201.htm>

“Balacobaco: ‘Há um momento/ em que o mundo é sem tempo/ e tudo é por demais irreal/ para que se cogite dos sonhos...’ Que mundo é esse?

JLRS: O mundo é isso aí – o que os jornais mostram dele sem precisar dizer nada. Mas mesmo pessimista, ousou crer que amanhã será outro dia...”

⁸ ZIMMERMAN, Robert Allen. Paths of victory. Gravada pela primeira vez em 1963 e lançada no álbum Bootleg Series, Volumes 1-3, 1991.